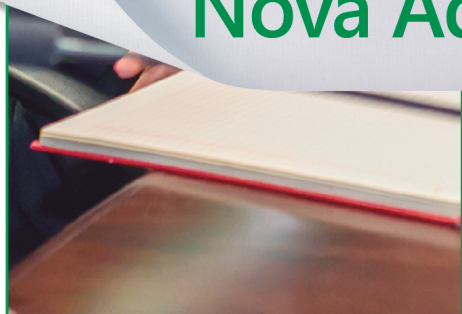




Justiça do Trabalho da 9ª Região

## Nova Administração

2015-2017



página 10

Alto nível nos debates  
do IV Fórum de  
Sustentabilidade

páginas 8 e 9

Depoimento da  
desembargadora  
Marlene T. Fuverki  
Sugumatsu

página 11

Planejamento  
Estratégico de TIC  
definido até 2020

# Expediente



## Missão do TRT

"Solucionar os conflitos provenientes das relações trabalhistas com justiça e efetividade na entrega da prestação jurisdicional"

## Visão do TRT

"Ser referência na distribuição de justiça"



## Sugestões de matéria

Assessoria de Comunicação  
Av. Vicente Machado, 147 - 8º andar  
CEP 80.420-010 - Curitiba-PR  
Fone: (41) 3310-7313  
ascom@trt9.jus.br

### Informativo NONA

Publicação do TRT do Paraná

Presidente:

*Desembargador Arnor Lima Neto*

Vice-Presidente:

*Desembargadora Marlene T. Fuverki Suguimatsu*

Corregedor Regional:

*Desembargador Ubirajara Carlos Mendes*

Diretor-Geral:

*Sandro Alencar Furtado*

Secretária-Geral da Presidência:

*Maria Helena Franco Martins Alves*

Secretário-Geral Judiciário:

*João Paulo Malinowski Tizoti*

Secretária do Tribunal Pleno,

Órgão Especial e Sessão Especializada:

*Ana Cristina Navarro Lins*

Assessor de Comunicação e

jornalista responsável:

*Marcos Tosi*

Redação:

*Alexandre Gonçalves, Angélica Betencourt,*

*Gilberto Bonk, Márcio Lopes, Marcos Tosi*

*e Pedro Macambira*

Fotos desta edição:

*Alexandre Gonçalves, Alexandre Trinks,*

*Gley Thomas, Jason Silva, Marcos Tosi*

*e Pedro Amorese*

Revisão:

*Gilberto Bonk, Marcos Tosi,*

*Alexandre Gonçalves e*

*Pedro Macambira*

Projeto Gráfico:

*Joel Alexandre Gogola*

Tiragem:

*1.000 exemplares*

*Disponível no site do TRT*

*www.trt9.jus.br*

Impressão:

*New Graph*

# Ministro Fachin é homenageado com a Ordem do Mérito do TRT do Paraná

O ministro Luiz Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, recebeu no dia 13 de novembro a Medalha da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho da 9ª Região, no grau Grã-Cruz. A distinção é conferida a ministros e presidentes de tribunais que tenham atuado para a promoção e o desenvolvimento da Justiça do Trabalho.

"É uma homenagem acima do que posso merecer", afirmou Fachin, que destacou que o mais importante na atuação das pessoas públicas é poder deixar às novas gerações "sementes de retidão, de caráter e de honra, que não têm ideologia, raça e credo". O jurista foi homenageado no Gabinete da Presidência do TRT-PR, no edifício-sede, em Curitiba.



Alexandre Gonçalves

*Desembargador Altino Pedrozo dos Santos entrega diploma ao ministro Luiz Edson Fachin*

# Juízas assumem titularidade na 9ª Região



Alexandre Gonçalves

*Juízas Kerly Cristina Nave dos Santos e Flávia Daniele Gomes*

Em novembro duas juízas tomaram posse na titularidade de Varas do Trabalho da 9ª Região.

A maringaense Flávia Daniele Gomes, com nove anos de experiência como substituta, é a nova titular da 3ª Vara do Trabalho de Cascavel. A magistrada foi promovida pelo critério de antiguidade.

Kerly Cristina Nave dos Santos, natural de Bauru (SP), conduzirá a unidade de Dois Vizinhos. A juíza exerce a magistratura desde 2007 e alcançou a promoção pelo critério de merecimento.

# Opção de prosseguir a carreira no Paraná

Carolina Orlando de Campos foi integrada em 29 de outubro ao quadro de juízes substitutos do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná. A juíza chegou à 9ª Região após dois anos de atuação no TRT do Rio de Janeiro (1ª Região), como juíza, e dois anos no TRT de São Paulo (2ª Região), como servidora.

Na solenidade de posse, a magistrada destacou a emoção de retornar ao Estado onde vive a família, afirmando que é aqui, na 9ª Região, que pretende desenvolver seu trabalho. "Minha permanência junto aos familiares e amigos trará maior tranquilidade para o aperfeiçoamento de minha atividade jurisdicional".



Alexandre Gonçalves

*Juíza Carolina Orlando assina termo de posse*

# Nova Administração manterá TRT-PR como referência na distribuição de justiça



Jason Silva

*Momento de transmissão do cargo do desembargador Altino Pedrozo dos Santos para o desembargador Arnor Lima Neto*

**A**o tomar posse como presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR) em sessão solene no dia 4 de dezembro de 2015, o desembargador Arnor Lima Neto conclamou magistrados e servidores a atuar em conjunto para enfrentar as "vicissitudes econômicas e políticas que nos afligem, elevando-se a crença concreta na construção de um serviço público coerente e inovador". "Conquistá-lo depende da vontade e da força interior que existe no coração de cada um de nós", afirmou o magistrado, que não tem dúvidas de que o Tribunal continuará a ser "referência na distribuição de justiça".

***"Legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade. Nossos comportamentos diários devem reforçar, continuamente, a crença na Justiça do Trabalho"***

*Desembargador Arnor Lima Neto*

O presidente destacou que a atual gestão se manterá fiel aos preceitos constitucionais de eficiência e qualidade na prestação dos serviços públicos, com foco principal no cidadão-destinatário. Por outro lado, incentivará de forma permanente a criatividade e a inovação, assim como a descentralização das decisões, "o que exigirá flexibilidade de gestão e estruturas horizontalizadas".

"Em conjunto com a Corregedoria, vamos aprofundar soluções para as dificuldades das Varas do Trabalho, monitorando a necessidade de redimensionar sua estrutura humana e material". "Preocupo-me desde logo em ampliar a necessária e ativa participação dos juízes nos eventos de interesse coletivo, bem como na interação

recíproca dos integrantes dos dois graus de jurisdição e em seu diálogo com a Administração", afirmou.

O desembargador Arnor assumiu um compromisso que declarou inarredável: "dar prosseguimento às ações modelares de gestão que aprimorem ininterruptamente o nível qualitativo da prestação jurisdicional da Justiça do Trabalho do Paraná".

Estiveram na cerimônia de posse da Administração do TRT-PR diversas autoridades, entre elas: governador do Paraná, Beto Richa; ministro João Oreste Dalazen, do TST; presidente do TJPR, desembargador Paulo Roberto Vasconcelos; presidente do TRF da 4ª Região, desembargador Luiz Fernando Wowk Penteadado; presidente do TRE do Paraná, desembargador Jucimar Novochadlo; prefeito de Curitiba, Gustavo Fruet; deputado federal Alex Canziani; reitor da UFPR, professor Zaki Akel Sobrinho; procurador-geral do Estado do Paraná, Paulo Sérgio Rosso; vice-presidente do TRT5, desembargadora Maria de Lourdes Linhares Lima de Oliveira; vice-ouvidora do TRT15, desembargadora Ana Amarylis Vivacqua Gulla; secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, João Carlos Gomes; reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, professor Carlos Luciano Sant'ana Vargas; procuradora do Ministério Público do Paraná, Teresinha de Jesus Souza Signorini; procurador-chefe substituto da Procuradoria Federal no Paraná, Rodrigo Luiz Menezes; procurador-chefe da Advocacia Geral da União no Paraná, Clêncio Luiz Parizotto; defensor público-geral do Estado do Paraná, Sérgio Roberto Rodrigues Parigot de Souza; e os ex-presidentes do TRT-PR, desembargadores aposentados José Montenegro Antero, Indalécio Gomes Neto, Euclides Alcides Rocha, Ricardo Sampaio e Ney José de Freitas.



Alexandre Trinks

*"Estarei muito atento à eficiência da Justiça, ao pronto atendimento ao cidadão. Este Tribunal precisa, e vai continuar sendo referência na distribuição de justiça, tanto na conformidade com a estratégia nacional do Poder Judiciário definida pelo Egrégio Conselho Nacional de Justiça, quanto no aperfeiçoamento administrativo local para otimizar o uso dos recursos orçamentários."*



Gley Thomas

Desembargador presidente Arnor Lima Neto



Alexandre Gonçalves

Desembargadora vice-presidente Marlene T. F. Suguimatsu

*"Manterei a dedicação e o cuidado que sempre conduziram minha atuação nesta Justiça. E prudência, especialmente diante de demandas que exigem conhecimento jurídico, econômico e sociológico da realidade nacional e local, como nos dissídios coletivos. E aos que necessitarem da Vice-Presidência, transparência, lealdade aos fins da instituição e muita receptividade."*

*"De minha parte, haverá muito trabalho e dedicação para cumprir os deveres do cargo de corregedor regional, verificando a plena funcionalidade de todas as unidades judiciárias do TRT-PR."*



Pedro Amorese

Desembargador corregedor regional Ubirajara C. Mendes

## Galeria dos Presidentes da 9ª Região Trabalhista ganha dois novos retratos

Os retratos da 19ª e do 20º ocupantes do cargo máximo da Justiça do Trabalho do Paraná, em 39 anos de história, foram afixados na Galeria dos Presidentes do Centro de Memória do Tribunal.

O descerramento do retrato da desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, que presidiu o TRT no biênio 2011-2013, aconteceu no dia 13 de novembro, durante o Fórum de Sustentabilidade - Cidadania e Justiça. "Se este momento traduz o coroamento de uma trajetória dedicada a este Tribunal, é porque houve a



Alexandre Gonçalves

*Desembargadores Rosemarie Diedrichs Pimpão e Altino Pedrozo dos Santos foram presidente e vice no biênio 2013-15*

participação de uma equipe comprometida que trabalhou nas diversas etapas para que este ato se concretizasse", agradeceu a magistrada.

A aposição do retrato do 20º Presidente do TRT do Paraná, desembargador Altino Pedrozo dos Santos, ocorreu em 9 de dezembro, poucos dias após o encerramento de seu mandato. "Sem o apoio de vocês - magistrados e servidores - eu não teria realizado o que consegui até agora e o que pretendo continuar realizando. Muito obrigado", afirmou.



Jason Silva

*Desembargadores Arnor Lima Neto e Altino Pedrozo dos Santos inauguram retrato do 20º presidente do TRT-PR*

## Atenção à saúde em várias frentes

No 2º semestre de 2015, a capacitação para o uso do Desfibrilador Externo Automático (DEA) - indicado para casos de parada cardíaca - alcançou 141 pessoas de unidades de Curitiba, Ponta Grossa e São José dos Pinhais. Antes, no 1º semestre, outros 100 voluntários da capital, de Cascavel e de Foz do Iguaçu já haviam passado pelo treinamento oferecido pela Seção Médico-Odontológica do Tribunal.

De janeiro a novembro foram realizados 3365 exames laboratoriais para verificar as condições de saúde de 673 integrantes do quadro funcional. No início de novembro, o ambulatório médico do edifício-sede do TRT passou a funcionar em novo espaço, no 2º piso do casarão histórico, ao lado dos plenários das Turmas (041-3310-7306).

Em Maringá, o auditório do Fórum Trabalhista reuniu servidores das justiças Federal, do Trabalho e Eleitoral para assistir a uma palestra sobre doação de sangue e de medula óssea. Após a exposição da assistente social do Hemocentro de Maringá, Rosângela Batista Marchetti, servidores e familiares decidiram seguir de imediato ao hemocentro para fazer doações.



Alexandre Gonçalves

*Servidores tiveram aula prática para uso do desfibrilador*



Istock Photos

*Cuidado com a saúde está entre as prioridades no TRT-PR*

## ■ Perfil: Juiz Marcus Aurélio Lopes

# Entre o idealismo e o "mundo possível"



Marcos Tosi

Quando ainda era um jovem acadêmico na Universidade Federal do Paraná, o curitibano Marcus Aurélio Lopes ficou fascinado pelo Direito do Trabalho, disciplina ministrada à época pelo professor João Régis Fassbender Teixeira, "uma pessoa excepcional, que despertou meu interesse pela área e por todos os valores que a envolvem". Nessa fase, o universitário achava que, por meio do Direito, seria possível melhorar o mundo.

Depois de 20 anos de magistratura, o juiz titular da 5ª Vara do Trabalho de Maringá assumiu uma postura mais madura e realista: "Procuro me ater ao caso concreto e não pretendo transformar a sociedade por meio de ordens ou sentenças. O mundo é o mundo possível, não o que a gente quer". Para o juiz Marcus Aurélio, "o Direito do Trabalho ainda não superou a luta de classes". "Não devemos ser maniqueístas e achar que o trabalhador é bom e o empregador é mau", afirma, lembrando que há decisões que fogem da realidade e que deixam o pequeno empresário confuso: "Como eu deveria ter agido, então, para não ser condenado?".

O tempo de estágio na advocacia trabalhista deu-lhe a oportunidade de presenciar a atuação de magistrados como Ricardo Sampaio, Lauremi Camaroski, Manoel Antonio Teixeira Filho e João Oreste Dalazen. "Foram uma inspiração. Eram visionários, cheios de energia e novidades".

Ingressou no TRT do Paraná primeiramente como servidor. Continuou estudando e em 1994 começou a carreira de juiz, sendo alçado em 1996 à titularidade da

Vara do Trabalho de Cianorte. Em 2006 foi para a 5ª Vara de Maringá, unidade que preside até hoje. Procurou nunca perder a sensibilidade para com os dramas humanos: crianças demandando, mulheres grávidas, partes que choram, pessoas ressentidas. "Isso me impacta desde os primeiros anos".

Nas audiências o juiz utiliza o sistema Fidelis. "Faz parte do meu trabalho, não consigo me imaginar conduzindo uma audiência sem a ferramenta. Porque não ficam dúvidas sobre o que se disse e o que constou no termo da audiência. Tudo fica mais transparente e, ao contrário do que dizem, não se perde a naturalidade".

Por duas gestões à frente do Fórum de Maringá, o juiz lembra que a primeira vez, de 2011 a 2013, coincidiu com a finalização das obras do novo fórum, o que exigiu esforço maior. Empenhou-se particularmente para concluir a instalação do auditório, "um espaço utilizado para atividades culturais e científicas que se transformou em um ponto de convivência entre juizes, servidores e advogados".

Na condição de diretor, o magistrado incentivou a formação das brigadas de incêndio, em que Maringá foi pioneira na 9ª Região. No dia 19 de novembro de 2015, pelo segundo ano consecutivo, o Fórum promoveu uma cerimônia em homenagem à bandeira, com a participação do comandante do Tiro de Guerra e seus atiradores, além de diretores e alunos de escolas municipais. "É um costume que se perdeu. Nós menosprezamos os símbolos nacionais porque achamos que não precisamos deles, mas são relevantes, pois reforçam a ideia do respeito à ordem, à disciplina e à hierarquia. Acho que são valores que nos faltam hoje".

Em um mundo em que se fala muito e se faz pouco, o magistrado salienta que não tem o objetivo de dar lições às pessoas. "Penso que as atitudes devem nos governar mais do que as palavras e a trajetória deve falar por si".

Ao refletir sobre a carreira, o magistrado não deixa de enfatizar a importância do trabalho dos servidores, com especial menção à diretora de Secretaria da 5ª Vara de Maringá, Matilde Favoretto Antoniassi dos Santos, "pela competência e comprometimento". Marcus Aurélio Lopes é casado, tem três filhos e, nas horas vagas, pratica corrida. Os livros também são um hobby: atualmente, o juiz está lendo "Os Irmãos Karamazov", do russo Fiódor Dostoiévski.

## ■ Perfil: Desembargadora Marlene T. Fuverki Suguimatsu

# "Ser juiz não é julgar pilhas de processos"



Alexandre Gonçalves

**A**o se decidir pela magistratura, no final dos anos 80, a desembargadora Marlene T. Fuverki Suguimatsu fez uma escolha bem específica: Justiça do Trabalho. E tinha que ser na 9ª Região. A convicção não veio da infância nem da faculdade - épocas em que era fã do Direito Penal - mas foi construída quando advogava para a Copel e passou a admirar a atuação dos magistrados trabalhistas. "Havia um comprometimento que me parecia um pouco diferente do que eu via em outros ramos do Direito", conta.

Os anos não esfriaram a paixão pela Justiça do Trabalho, mas acrescentaram preocupação com o próprio significado, hoje, da judicatura. "A duração razoável do processo não pode ser sinônimo de atropelo. A celeridade irracional acaba afetando o sentido do 'ser juiz'. Ser juiz não é julgar pilhas e pilhas de processos", afirmou a vice-presidente do TRT-PR em entrevista concedida ao Informativo Nona. Confira.

**//** *Nasci em Irati, mas com 7 ou 8 anos fui com meus pais para Pitanga. E Pitanga era conhecida, na época, como uma região extremamente conflituosa, havia muita disputa de terra e homicídios em razão desses conflitos. Praticamente todo mês havia notícia de júri popular. E eu ficava muito curiosa para saber o que era um júri, como se julga, como se coloca um assassino na prisão.*

*Na faculdade, minha paixão, como a da maioria dos alunos, era o Direito Penal, talvez por aquela influência remota do júri popular. Estando já formada e atuando dentro do departamento jurídico da Copel, passei a ter contato com a Justiça do Trabalho e pude comparar a atuação como advogada das áreas cível e trabalhista. E me impressionava muito a atuação dos juizes do Trabalho, aquela rapidez, aquele comprometimento que parecia um pouco diferente do que eu via em outros ramos do direito. Só fiz concurso para a magistratura do Trabalho e para a 9ª Região. Não fiz outro concurso fora, nem para outra área, porque já tinha definido o que queria.*

*O início foi difícil. Eu já tinha o primeiro filho e estava grávida novamente. O impacto é muito grande, especialmente diante do volume de trabalho com que o juiz se depara. Não havia Escola Judicial nem curso de formação inicial ou continuada. Passávamos no concurso e depois de um breve diálogo com a Presidência éramos designados para atuar. Achei que tinha feito a opção equivocada, pensei em desistir. Mas continuei.*

**"A inserção da duração razoável do processo na Constituição merece aplausos, porém, não é sinônimo de atropelo."**

*Demorei um tempo para criar coragem de entrar sozinha na sala de audiência. Fiquei vários dias apenas acompanhando o então juiz Ricardo Sampaio na 2ª Junta de Conciliação. Já estava quase expert em fazer sentenças e nada de sala de audiência. Mas com um empurrão do juiz Ricardo, criei coragem, comecei a fazer audiências e minha vida seguiu. São 26 anos de magistratura. No início, colocava os filhos para dormir e depois ia julgar e fazer sentença até de madrugada. Procurei priorizar a qualidade dos momentos com eles: quando era para dar atenção, eu dava atenção; depois, ia para os processos.*



*A lei nacional estabelece um patamar mínimo de direitos aos trabalhadores, tanto na Constituição como na CLT e outras leis esparsas. Naturalmente esse mínimo deve ser preservado, até para preservar o princípio do não retrocesso social. Em alguns aspectos a CLT deve ser atualizada, pois ainda contém dispositivos que não se coadunam com o texto da Constituição. Falar em modernização da Lei é algo vago, pois depende do conceito que as pessoas têm do que seja modernizar. Seria flexibilizar? Seria suprimir direitos? Agregar novos direitos? A legislação do trabalho até agora construída tem se mostrado eficiente e parece necessitar apenas de alguns ajustes de atualização.*

*A flexibilização de direitos trabalhistas já vem ocorrendo com grande profundidade há muito tempo. Exemplos são a jornada, com os acordos de compensação e banco de horas; o salário, com a possibilidade de redução por negociação coletiva; e ainda a política de proteção ao emprego que não sai do art. 7º, I, seja pela omissão do legislador, seja pela interpretação dos juízes e tribunais. Flexibilizar exige sindicatos extremamente preparados e trabalhadores plenamente conscientes de seus direitos, o que ainda é uma realidade não atingida no Brasil. É preciso muito cuidado.*

*O cenário político e econômico do País é ruim e as perspectivas são desanimadoras. Não tenho dúvidas de que a Justiça do Trabalho será atingida, porque é o segmento do Poder Judiciário que está na linha de frente para solucionar as consequências da crise. A tendência é que ocorra aumento no número de ações, o que preocupa, porque não temos estrutura para dar vazão à demanda que se prevê. O Estado, por sua vez, se mostra sem recursos para dar suporte a essa tarefa de fazer justiça, que lhe é própria. Talvez mude a perspectiva dos dissídios coletivos, porque se agora a tônica é reivindicar garantias, direitos e ampliação de direitos, talvez a tônica mude para negociar e manter os empregos, o que é uma coisa séria. Agora, é preocupante se chegarmos ao ponto de ter que abrir mão de garantias mínimas para segurar o emprego. Se chegarmos a isso, será muito difícil e correremos o risco de afetar a própria estrutura do Direito do Trabalho.*

*Há muitas necessidades na Justiça do Trabalho. A própria estrutura é deficitária. O volume de processos a que os juízes são submetidos é desumano, o que faz com que, pelo próprio instinto de sobrevivência, se priorize o volume de soluções, em detrimento da qualidade das soluções.*



Alexandre Gonçalves

*Não nos é dado analisar cuidadosamente cada caso, como cada um merece, pois as soluções devem ser apresentadas e aos montes, até porque a Justiça em Números está aí para vigiar o juiz que não cumpre metas e produção.*

*A duração razoável do processo é um preceito constitucional e sua inserção na Constituição merece aplausos, porém, não é sinônimo de atropelo. Às vezes, penso que se está tentando impor a cultura de uma celeridade irracional que não permite ao juiz refletir, pensar melhor e invocar seu senso de justiça; isso acaba afetando o próprio sentido do "ser juiz". Ser juiz não é julgar pilhas e pilhas de processo. Se pudesse realmente fazer algo para mudar a trajetória da Justiça, investiria mais em permitir aos juízes julgamentos de melhor qualidade, reduzindo a quantidade que cada um enfrenta na sua Vara ou Gabinete. //*

**Hobby:** Cinema, música e viagem

**Lugar:** Portugal

**Livro:** "O Nome da Rosa", de Umberto Eco

**Frase:** "O que não me mata, fortalece-me"

(Friedrich Nietzsche)

# Sustentabilidade debatida em alto nível

O IV Fórum de Sustentabilidade - Cidadania e Justiça marcou o mês de novembro na Justiça do Trabalho do Paraná. Promovido pela Comissão de Responsabilidade Socioambiental do TRT, o fórum trouxe a Curitiba nomes de expressão nacional para debater as interfaces do Direito com a sustentabilidade. Entre os palestrantes convidados, os ministros Maria Cristina Irigoyen Peduzzi e Aloysio Corrêa da Veiga, do TST, e Bruno Dantas, do Tribunal de Contas da União. A reflexão e o pensamento foram provocados também por palestras de nomes como os dos juristas Dalmo Dallari, Alysson Mascaro e Luís Fernando Coelho, além da exposição dos psicanalistas Contardo Calligaris e Silvane Maria Marchesini.

Durante o evento, o TRT anunciou apoio à campanha do Ministério Público Federal intitulada "10 Medidas Contra a Corrupção" e a Comissão de Responsabilidade Socioambiental homenageou a Escola Judicial do TRT-PR pelos 10 anos dedicados à formação contínua de magistrados e à qualificação dos servidores.

A ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, do TST, fez uma crítica ao ativismo judicial baseado em teorias de interpretação abstratas, derivadas de variadas escolas de pensamento filosófico e político. Para ela, esse é um problema sistêmico que cria ambiente imprevisível e afasta a magistratura de seu foco de atuação, que é solucionar casos concretos de conflito.



*Ministra Maria Cristina Peduzzi foi uma das palestrantes*

Em sua exposição, o professor Luiz Fernando Coelho defendeu um mínimo ético irredutível. "Podemos e devemos respeitar as especificidades de cada cultura, mas não podemos tolerar que, em nome de um dogma religioso, as mulheres sejam submetidas a segundo plano, que prevaleça a intolerância racial ou que se admita a mutilação de meninas em tribos africanas em função do multiculturalismo", afirmou.



*Desembargadores Ana Carolina Zaina e Altino Pedrozo dos Santos participaram da mesa de abertura*

Para Contardo Calligaris, que fez a palestra "Viver Juntos?", o casamento perdeu o lugar como ideal de felicidade para aquilo que pode ser descrito hoje como o "desenvolvimento das competências", a que as pessoas dedicam cada vez mais energia e esforços.

O escritor Christian Barbosa, colunista da revista Você S.A. e do jornal Zero Hora, trouxe conceitos práticos para melhor gerenciamento do tempo, numa época em que a desorganização mental do sujeito trabalha contra a realização das pessoas. "A vida só se desenvolve bem por meio de um conjunto de métodos", afirmou.

Já a psicanalista Silvane Maria Marchesini questionou se é realmente do "interesse geral da sociedade humana" avançar nas possibilidades de procriação artificial dos seres humanos - descolados do conceito de famílias e hereditariedade. "A fabricação do homem não é somente genética, ela é também ética, em um processo que depende de um arranjo que inscreve os traços de memória, enlaçando coisa, imagem, som e palavra", afirmou a doutora em Psicologia pela Universidade Nice Sophia Antipolis.

O professor Dalmo Dallari destacou o estágio de evolução atingido pelo Judiciário brasileiro, que hoje permite "aos juízes um papel de ativista e verdadeiro garantidor da Justiça".

O ministro do TST Aloysio Corrêa da Veiga argumentou em defesa da uniformização da jurisprudência dos tribunais, que poderá acabar com a cultura de ver o processo como uma loteria, em que se ganha ou se perde, dependendo de quem analisa a questão. Para ele, a uniformização da jurisprudência pode ser "a redenção" no enfrentamento do número recorde de processos em trâmite no País (95 milhões para uma população de 200 milhões).

Um dos aspectos positivos do novo CPC, segundo o ministro Bruno Dantas, do Tribunal de Contas da União

(TCU), foi "copiado" da Justiça do Trabalho. Trata-se da previsão de que a Justiça Comum deverá promover uma audiência de tentativa de conciliação na primeira etapa do processo de conhecimento.

O Fórum teve ainda palestras relacionadas às implicações genéticas da gravidez após os 35 anos, com a médica e pesquisadora Grazielle Moraes Losso, e sobre o impacto dos poluentes ambientais, com os professores Aleksander Roberto Zampronio e Helena Cristina da Silva de Assis, do Laboratório de Toxicologia Ambiental da UFPR. No encerramento, uma reflexão do professor de Filosofia e Teoria Geral do Direito da USP, Alysson Leandro Mascaro, sobre o estilo de vida atual ditado pelo capitalismo, em que a primazia do mercado, combinada com a alienação política e o acirramento do ódio entre os indivíduos, configura uma sociedade sofrendo "de uma doença grave e estrutural".

Na véspera do Fórum, o Tribunal promoveu o tradicional encontro de multiplicadores de responsabilidade socioambiental, quando foram compartilhadas ações

sustentáveis desenvolvidas em todo o Estado por magistrados e servidores.

**OBS:** Várias palestras do Fórum podem ser acessadas na íntegra em [www.youtube.com/trtpr](http://www.youtube.com/trtpr)



Alexandre Gonçalves

Ministro Bruno Dantas, do Tribunal de Contas da União

## Ações de TIC estão projetadas até 2020

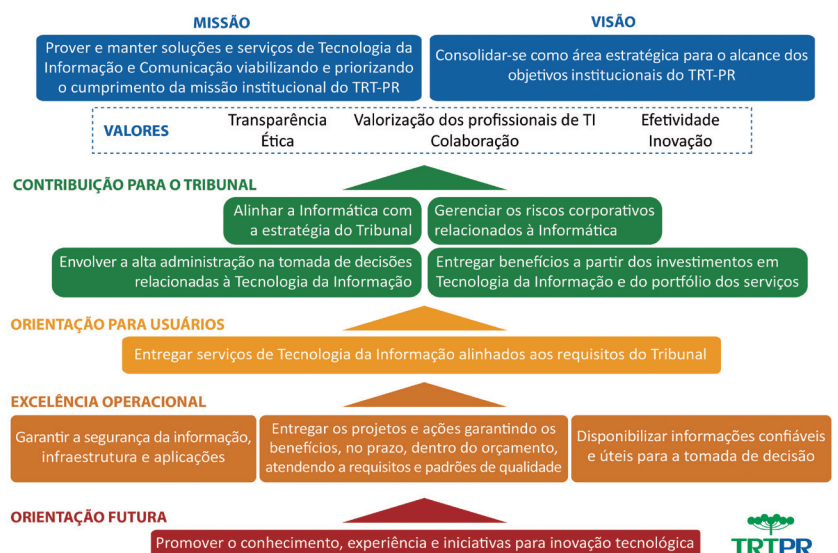
O Tribunal Regional do Trabalho do Paraná aprovou o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) para os próximos cinco anos. O documento reúne uma série de objetivos, indicadores, métricas, metas e iniciativas para garantir que a TIC se mantenha alinhada às diretrizes e macroestratégias do Tribunal, na permanente busca de excelência dos serviços prestados ao cidadão.

O PETIC 2015-2020 consta da Resolução Administrativa 62/2015, aprovada pela composição Plena do TRT-PR em 30 de novembro. O projeto de elaboração contou com uma equipe que incluiu servidores da Secretaria de Planejamento Estratégico, Gestão e Estatística (SEPEGE), Núcleo de Gestão e Governança de TIC (NGGTIC), Secretaria de Desenvolvimento de Soluções em Tecnologia da Informação (SDSTI), Secretaria da Tecnologia da Informação (STI) e Assessoria de Comunicação (ASCOM).

O planejamento foi delineado em um Workshop de Estratégia de TIC realizado em outubro e que reuniu a alta administração do Tribunal com representantes de várias unidades administrativas e judiciárias. O modelo de referência para governança e gestão de TIC usado foi o COBIT 5.

“Governança é direção e controle, e quando uma área passa a ser tão crítica para a atuação jurisdicional do tribunal – como é o caso da TI – é preciso que a instituição estabeleça o que espera desta área, com um modelo de controle que garanta que os benefícios esperados sejam efetivamente realizados, e que isso se faça com riscos controlados e uso consciente dos recursos”, definiu Roberto Arteiro, servidor do Ministério Público de Pernambuco que ministrou o workshop no TRT paranaense.

### Mapa Estratégico de TIC do TRT9



# Tribunal é "diamante" na gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação

O TRT-PR está entre os oito tribunais do País que em 2015 obtiveram nível de excelência nos serviços prestados na área de gestão da informação. O reconhecimento veio na forma do Selo Diamante, premiação máxima do programa "Justiça em Números" do CNJ, entregue durante o 9º Encontro Nacional do Judiciário, realizado em novembro, em Brasília.

São considerados tribunais com nível de excelência na gestão da informação aqueles capazes de extrair dados analíticos de todas as unidades judiciárias em sistemas padronizados de acordo com as regras das Tabelas Processuais Unificadas (Resolução nº 46/2007) e do Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI) do CNJ. Pela primeira vez, a premiação também considerou o nível de implantação dos processos eletrônicos nos tribunais.

O então presidente do TRT do Paraná, desembargador Altino Pedrozo dos Santos, agradeceu aos magistrados e servidores "que se organizaram e executaram todas as ações ensejadoras desta premiação".

O Selo Diamante foi concedido às seguintes Cortes: Superior Tribunal de Justiça (STJ); Tribunal Superior do



Trabalho (TST); Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR); Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (PE); Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (ES); Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (MT); Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) e Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE).

# Treinamento capacita fiscais de contratos de serviços terceirizados

Uma parceria entre a Escola Judicial e o Serviço de Gestão de Terceiros (SGT) do TRT-PR resultou na criação da primeira turma do Curso de Capacitação de Fiscais de Contratos de Serviços Terceirizados. O treinamento, com duração de 20 horas e desenvolvido totalmente em ambiente Moodle (na modalidade a distância), atingiu 30 participantes, no período de 28/09 a 26/10.

A ação visa permitir ao fiscal do contrato e seu substituto desempenharem com mais eficiência as tarefas de acompanhamento e supervisão das atividades terceirizadas pelo Tribunal. A qualificação busca também aumentar a qualidade dos serviços prestados pelos funcionários contratados, bem como prevenir situações de risco capazes de gerar reclamações trabalhistas.

O Regional paraense conta com 555 trabalhadores terceirizados, distribuídos nas mais diversas funções, entre as quais serviços de limpeza, vigilância, recepção, sonorização e copa. Atualmente, a função de fiscal (ou substituto) é exercida por 144 servidores.

